



ESTADO DE ALAGOAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACEIÓ

LEI Nº 5.138, de 16 de julho de 2001.

PROJETO DE LEI Nº 5.240/01

DISPÕE SOBRE A ADEQUAÇÃO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MACEIÓ ÀS EXIGÊNCIAS DAS NORMAS CONSTITUCIONAIS ACRESCENTADAS PELA EMENDA Nº 20, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A CÂMARA MUNICIPAL DE MACEIÓ, decreta:

ART. 1º – Os benefícios previdenciários devidos os servidores públicos municipais de Maceió, de quadro efetivo e aos seus dependentes legalmente habilitados, são os definidos no Regime Geral de Previdência Social.

ART. 2º – São devidos aos servidores:

- a) aposentadoria por idade;
- b) aposentadoria por tempo de contribuição;
- c) aposentadoria compulsória;
- d) aposentadoria por invalidez.

ART. 3º - São devidos aos dependentes pensão por morte de segurados ativos ou inativos.

ART. 4º - São dependentes habilitados legalmente como beneficiários de pensão por morte:

I – Pensão vitalícia:

- a) o cônjuge;
- b) a pessoa separada judicialmente ou divorciada com percepção de pensão alimentícia;
- c) o companheiro ou companheira que comprove união estável, como entidade familiar; e
- d) o pai ou a mãe que comprove dependência econômica exclusiva do servidor;



ESTADO DE ALAGOAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACEIÓ

LEI Nº 5.138, de 16 de julho de 2001.

II – Pensão temporária:

- a) filhos até 21 (vinte e um) anos, não emancipados;
- b) irmão órfãos até 21 (vinte e um) anos, não emancipados com dependência econômica exclusiva do servidor;
- c) menor sob tutela judicial através de sentença judicial transitada em julgado, até os 21 (vinte e um) anos, não emancipados, com dependência econômica exclusiva do servidor.

§ 1º - Considera-se união estável aquela verificada entre o homem e a mulher como entidade familiar, quando forem solteiros, separados judicialmente, divorciados ou viúvos, ou que tenham prole em comum, enquanto não se separarem.

§ 2º - Os dependentes indicados no inciso II continuarão a receber o benefício de pensão previsto no art. 3º da presente Lei, quando inválidos atestado por junta médica e enquanto durar a invalidez.

ART. 5º - Os benefícios de auxílio doença, auxílio funeral, salário maternidade, salário família e auxílio reclusão, serão custeados com recursos do tesouro municipal, sob responsabilidade da Secretaria Municipal de Administração, Recursos Humanos e Patrimônio, não constituindo benefícios de natureza previdenciária.

PARÁGRAFO ÚNICO – Os benefícios de salário família e auxílio reclusão serão devidos somente aos servidores de baixa renda.

ART. 6º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACEIÓ, 16

de julho de 2001.



KÁTIA BORN RIBEIRO
Prefeita.